

O EMPREGO FORMAL NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ANÁLISE DO PERÍODO 2010-2018¹

Clician do Couto Oliveira²

<https://orcid.org/0000-0001-6103-2987>

Denise Guichard Freire³

<https://orcid.org/0000-0001-5255-4134>

Kátia Cilene Medeiros de Carvalho⁴

<https://orcid.org/0000-0003-1497-1855>

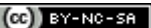
Recebido em: 08 04 2021

Publicado em: 30 11 2021

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução do emprego formal nos municípios do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) de 2010 a 2018, apontando que o ERJ tem registrado os piores indicadores de mercado de trabalho no Brasil. Esse quadro se justifica pela mudança no mercado de trabalho na economia brasileira, resultante da redução do crescimento a partir de 2015 e da reforma trabalhista em 2017. Essa desestruturação afetou mais os empregos nas metrópoles resultando em nova desconcentração no mercado de trabalho formal. Além disso, a cadeia de produção do óleo e gás, na qual o ERJ possui especialização, se agregaram outros elementos de desestruturação. O diagnóstico é que os mecanismos para reativar a economia do ERJ em termos de emprego e renda possuem menos potencial de dinamização em relação a outros estados, sobretudo porque estão atrelados ao mercado internacional de petróleo e a orientação estratégica dos investimentos nesse setor no Brasil. Reestruturá-los implica na execução de um plano de desenvolvimento mais amplo que envolva e coordene vários atores econômicos no médio e longo prazos, além de reorientar e diversificar as atividades produtivas no ERJ, em particular as mais intensivas em conhecimento e tecnologia.

Palavras-chave: emprego formal; Rio de Janeiro; municípios

¹  BY-NC-SA

OLIVEIRA, C. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY-NC-SA 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

² Doutora em Economia, Conselheira suplente CORECON-RJ e Tecnologista sênior IBGE, Rio de Janeiro, Brasil;

³ Doutora em Economia, Tecnologista sênior do IBGE, Rio de Janeiro, Brasil;

⁴ Doutora em Economia, Tecnologista sênior IBGE, Rio de Janeiro, Brasil

FORMAL EMPLOYMENT IN MUNICIPALITIES IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO: ANALYSIS OF THE 2010-2018 PERIOD

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the evolution of formal employment in the municipalities of the State of Rio de Janeiro (ERJ) from 2010 to 2018, pointing out that the ERJ has registered the worst labor market indicators in Brazil. This scenario is justified by the reduction in growth started in 2015 and the labor reform occurred in 2017. This de-structuring affected more jobs in the metropolises, resulting in a new deconcentration in the formal labor market. In addition, the oil and gas production chain, in which the ERJ has specialization, added other elements of disruption. The diagnosis is that the mechanisms to reactivate the ERJ's economy in terms of employment and income have less potential for dynamization in relation to other states, especially because they are linked to the international oil market and the strategic orientation of investments in this sector in Brazil. Restructuring them implies implementing a broader development plan that involves and coordinates various economic actors in the medium and long term, in addition to reorienting and diversifying productive activities in the ERJ, in particular those that are more intensive in knowledge and technology.

Key-words: formal employment; Rio de Janeiro; municipalities.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução do emprego formal na Capital e nos municípios do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) de 2010 a 2018. Tal análise evidencia que a redução do crescimento econômico a partir de 2015 e a reforma trabalhista em 2017 implicaram em nova desconcentração no mercado de trabalho formal no Estado por afetar principalmente as metrópoles. Os dados revelam ainda que os piores indicadores de mercado de trabalho no Brasil estão sendo registrados no ERJ devido à sua especialização na exploração de petróleo e gás e em atividades de serviços. Esse setor passou por, pelo menos, duas alterações radicais, uma externa e outra interna. O impacto externo foi a redução do preço do petróleo e o interno foi a reorientação estratégica do plano de investimento da Petrobrás, tendo em vista os desdobramentos da operação Lava Jato. O diagnóstico é que os mecanismos para reativar a economia do ERJ em termos de emprego e renda possuem menos potencial de dinamização em relação a outros estados, sobretudo porque estão atrelados ao mercado internacional de petróleo e à reorientação estratégica dos investimentos neste setor no Brasil. Reestruturá-los implica na execução de um plano de desenvolvimento mais amplo que envolva e coordene vários atores

econômicos no médio e longo prazo, além de buscar a diversificação das atividades produtivas no ERJ, em particular as mais intensivas em conhecimento e tecnologia.

Esse trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira são apresentados o contexto histórico e a revisão da literatura sobre a desconcentração de atividades econômicas no Brasil, na segunda é mostrado cenário macroeconômico no país entre 2007 e 2018, na terceira analisa-se o panorama do emprego formal nas capitais entre 2010 e 2018, na quarta aborda-se a evolução do emprego no Estado do Rio de Janeiro nesse período e na quinta fazem-se as considerações finais.

CONTEXTO HISTÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA

O processo de industrialização brasileiro foi marcado pelo projeto desenvolvimento industrial que promulgou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), alteração institucional necessária para organização do mercado de trabalho e avanço do capitalismo industrial no Brasil. O pólo hegemônico desse processo foi o Estado de São Paulo. Ao Rio de Janeiro, foram reservadas duas dinâmicas distintas: (i) a paralisia e esvaziamento da atividade agrícola no ERJ; (ii) as atividades relacionadas a função de centro de poder nacional. Ainda assim, durante o século XX, o Rio de Janeiro experimentou acelerada urbanização que se deu, portanto, sem a correspondente industrialização. Segundo Lessa (2000, pg. 237), no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a produção industrial do Rio, engendrada com o seu processo de urbanização, foi sendo segundarizada em relação a São Paulo. Apesar do ERJ ter contado com a instalação de vários projetos de interesse nacional como Companhia Siderúrgica Nacional (CSN - 1941), A Fábrica Nacional de Motores (1942), a Companhia Nacional de Álcalis (1943) e a Refinaria de Duque de Caxias (1962).

Além desse descompasso, identifica-se no processo de industrialização do território carioca o deslocamento das indústrias do Centro do município (na década de 20) para a periferia da Região Metropolitana (na década de 50), seguindo os eixos ferroviários. O Rio como metrópole sofisticada e cosmopolita sofreu várias “cirurgias plásticas na paisagem”, expressando em grande parte os interesses do capital imobiliário, e condensou bancos, atividade de seguro, o mercado de valores, o comércio atacadista, a advocacia administrativa de alto nível

e sedes de empresas estatais. Assim, nos anos 1950, os municípios da baixada já concentravam a indústria fluminense.

A integração da Região Metropolitana Fluminense foi ainda marcada pela divisão política do território e a heterogeneidade na atuação das jurisdições do Distrito Federal e do ERJ. Após a crise do café de 1930, em particular, a agricultura fluminense atrofia-se. E, em 1960, quando o Distrito Federal foi transferido para Brasília, tem início novo processo de atrofia econômica. Ainda que mantivesse no território do antigo Distrito Federal, ou do novo Estado da Guanabara, alta renda, o espaço para articulações políticas foi cindido. Assim, a partir do diagnóstico do atraso industrial do então Estado da Guanabara, durante os anos 60, foram instalados distritos industriais que, contudo, não superaram o dinamismo do parque industrial paulista. A diferença estrutural no desenvolvimento industrial entre o Rio e São Paulo se consolidou (LESSA, 2000, pg. 345).

A dinâmica da região fluminense esteve ancorada aos projetos de desenvolvimento nacional que, conjugado a desordenada urbanização, segundo Oliveira (1981) e Cano (1998) também expressaram contradições, tendo em vista as condições precárias de habitação e de trabalho e a pouca estruturação de serviços coletivos. No caso do Rio, a divisão política que imprimiu, no território, um centro destinado a atividades de cúpula, cuja urbanização seguiu interesses imobiliários, e a periferia marcada pela pobreza.

Nos anos 70, o desenvolvimento do ERJ permaneceu ancorado em projetos elaborados e firmados pela esfera federal do estado. Segundo Lessa (2000, pg. 349), o governo Geisel realizou autoritariamente a fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro. O II Plano Nacional de Desenvolvimento_PND, implementado por este governo, buscou descentralizar as atividades industriais fortalecendo um complexo industrial na Região Metropolitana de BH. Para o Rio reservou um projeto com 3 eixos principais:

- (i) “o papel de pólo das novas industriais e das atividades tecnológicas de ponta ...” como: biotecnologia com a Nuclebras; e produção de computadores com a instalação da Companhia Brasileira de Computadores (Cobra);
- (ii) Reforço das atividades tradicionais como: ampliação da CSN com nova unidade em Sepetiba; pesquisa e exploração de petróleo na bacia de Campos;
- (iii) Polo nacional de pesquisa científica e tecnológica: instalação de programa de pós graduação em Engenharia na UFRJ; e de centros de pesquisa e desenvolvimento também na UFRJ; e reformulação da pesquisa naval militar no Rio.

“O novo papel proposto para o Rio não interrompeu a transferência da burocracia para Brasília”, nem consolidou o Rio como pólo petroquímico (sendo instalado em Triunfo no RS)”. E, apesar da fusão do Estado da Guanabara com o ERJ e o crescimento econômico nacional, os problemas estruturais não foram resolvidos e afloram de maneira dramática com a estagnação do modelo de desenvolvimento brasileiro. “A RMRJ, em vez de atrair indústrias, perdeu unidades industriais” (FNM, Standard Electric, indústria têxtil), os projetos Brasil potência do governo Geisel foram desmantelados (a Cobra fechou, a estagnação dos programas de ciência e tecnologia e letargia na execução de projetos como a ampliação do aeroporto internacional para carga e passageiros). Seguiu-se, então, o “diagnóstico do esvaziamento do Rio” tendo como importante expressão o esvaziamento do Porto do Rio e a atrofia do clássico comércio atacadista com sede no Rio. (idem, pg.350-351)

São três os temas analíticos levantados por Lessa para compreender essa dinâmica: (i) fuga da incidência tributária cumulativa que favoreceu a concentração das redes comerciais; (ii) menores custos financeiros do transporte rodoviário porta a porta em relação o transporte de cabotagem; (iii) a redução da autonomia financeira dos poderes políticos locais que potencialmente atuam sobre os custos ligados às condições de infraestrutura e de circulação. (idem, pg. 352)

Na década de 80, com a crise da dívida externa e o agravamento do processo inflacionário, deu-se início ao deslocamento dos capitais produtivos para as esferas financeiras e o comprometimento severo dos investimentos estatais. Essa captura da economia pela esfera financeira, em um primeiro momento, redundou em mais arrocho salarial e baixas taxas de crescimento. Nesse contexto, os setores de serviços, especialmente os que exigem mão de obra com baixa qualificação, desempenharam papel de amortecedor do desemprego (HOFFMANN, 1980). À medida que o processo de financeirização da economia avançava, exigiu-se o controle da inflação que teve como consequência o desemprego e a desindustrialização. As medidas de estabilização nos anos 1990, associadas às medidas de desregulação de várias esferas da economia brasileira, e a não realização de políticas industriais contribuíram para a desarticulação das cadeias produtivas domésticas e para o aumento da precarização do mercado de trabalho. No embate retórico para explicar a evolução do desemprego, retomou-se a teoria da reorganização espacial da indústria com deslocamento para regiões do interior, de tal

maneira que o desemprego era menor nessas regiões e não capturado pelas pesquisas de emprego daquele período.

Ramos e Ferreira (2005) examinaram a evolução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro no período pós-abertura comercial, 1991 a 2003 destacando suas dimensões espacial e setorial.

Esses autores destacaram que, na medida em que o segmento industrial ainda é um reduto de empregos ao abrigo da proteção da legislação trabalhista, a migração de indústrias e a instalação de novas fábricas fora do eixo metropolitano fizeram com que a PME captasse a destruição de postos de trabalho protegidos, mas não a geração de outros. Citam, como exemplo, o processo de despolarização do emprego na indústria no período em análise, ressaltando a redução da importância desse segmento nos centros tradicionais com destaque para a região metropolitana de São Paulo, e expansão em novos polos, como o interior do estado de São Paulo e estados adjacentes: Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, entre outros.

Enfatizaram que o crescimento da informalidade metropolitana estaria pouco relacionado com a realocação setorial da força de trabalho ocupada, ditada principalmente pelo processo de terciarização. Os autores concordam que os serviços, caracterizados por uma grande incidência de vínculos informais, cresceram em termos relativos no meio metropolitano, enquanto a indústria, segmento que se diferenciava pela alta incidência de postos de trabalho formais, encolheu em termos absolutos e relativos nessas áreas. Este processo também foi acompanhado pelo aumento generalizado das práticas informais na indústria que aponta para a disseminação de uma “cultura da informalidade” no meio metropolitano.

Assim, mesmo a indústria sendo um reduto de empregos formais, experimentou um aumento no grau de informalidade. Isso fez com que o número de postos de trabalho nesse setor não diminuísse na mesma proporção em que o setor encolheu no período. A análise da redução do número dos empregos formais nas regiões metropolitanas dependeu da natureza da ligação entre mudanças na estrutura setorial do emprego e mudanças na informalidade. Esta evolução contou, portanto, com dois mecanismos distintos: no caso dos serviços, foi seu crescimento; enquanto na indústria foi sua crescente informalização.

Barros, Saboia e Kubrusly (2008) avaliaram a diferenciação do emprego formal no

Brasil no quadriênio 2003/2006. Nesse período, a maior parte do emprego com carteira de trabalho assinada foi gerada nas mesorregiões das capitais, estando concentrada, majoritariamente, no setor de serviços e comércio.

A indústria estava se deslocando para fora dos grandes aglomerados urbanos em direção às cidades no interior em busca de menores salários, confirmando uma tendência que já vinha sendo verificada pelo menos desde a década de noventa, como mostra Saboia (2000). Essa desconcentração ocorreu principalmente para o interior dos estados mais desenvolvidos, ou seja, no eixo Sul/Sudeste. Silva (2009) discutiu a particularidade da desindustrialização do Rio de Janeiro na última década do século XX que, segundo este autor, possui 3 dinâmicas distintas. A desindustrialização no Rio estaria concentrada na capital carioca. O norte fluminense reforçava a especialização em produtos intensivos em recursos naturais, particularmente o petróleo; e o sul do estado ainda teria diversificação em atividades automobilísticas, metalomecânicas e siderúrgicas.

Saboia e Kubrusly (2015) analisaram o movimento de descentralização da indústria a partir da recuperação da economia brasileira pós 2003 e verificaram sua possível contribuição para a redução da pobreza que ocorreu no País nos anos 2010. Em termos de desconcentração regional, foi identificado um forte movimento na indústria, com redução da importância relativa das principais mesorregiões, especialmente as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte, e consequente aumento da participação das mais diversas cidades do interior do país, inclusive em regiões mais pobres e menos desenvolvidas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Tal resultado, segundo os autores, pode ser atribuído, principalmente, às políticas locais de atração de investimentos, também conhecidas como “guerra fiscal”, onde os estados da federação reduzem seus impostos para diminuir o custo de instalação e funcionamento das novas empresas.

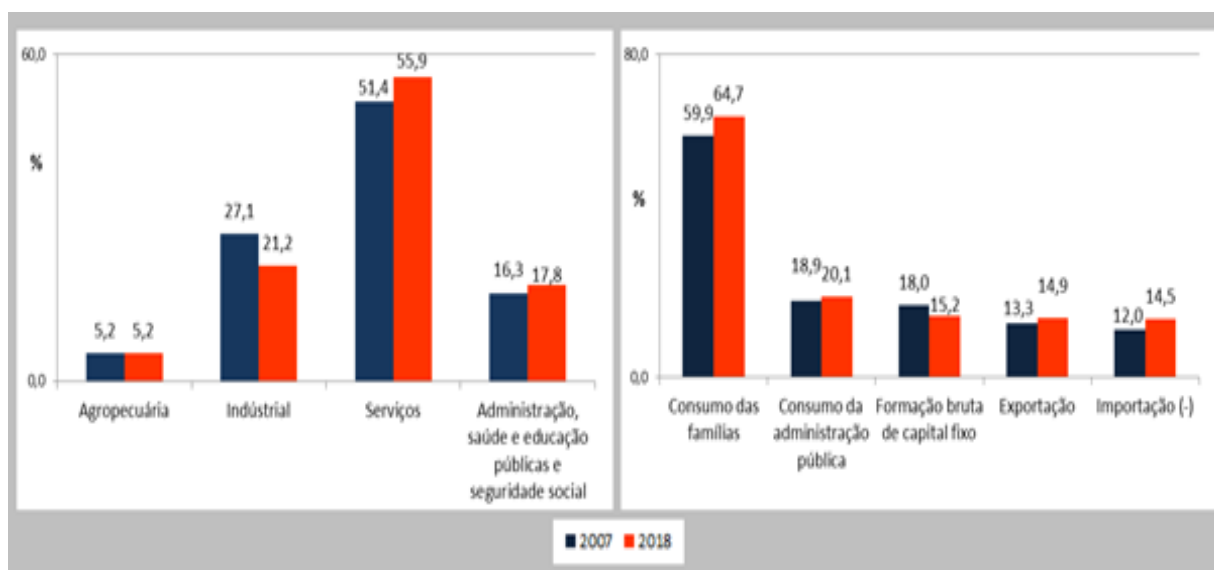
Além disso, os estados procuram facilitar o acesso das empresas a fontes de crédito e a fundos regionais de desenvolvimento. Tal política teria sido complementada pela atuação de alguns municípios no interior dos estados, que também reduzem seus impostos e oferecem uma série de vantagens logísticas e de infraestrutura como forma de atrair novas empresas industriais. Este tipo de política conseguiu atrair novas indústrias para o interior do país.

Nos anos 2000, a economia experimenta um contexto econômico internacional diferente e a diversificação das frentes de políticas públicas. Estruturou-se um programa de transferência de renda amplo e uma política industrial ativa articulando investimento do Estado e de estatais. Para o mercado de trabalho, buscou-se a ampliação da formalização e a valorização do salário mínimo.

CENÁRIO MACROECONÔMICO 2007-2018

O período da análise refere-se a 2007-2018, tendo em vista a disponibilidade das séries estatísticas do Cadastro Central de Empresas-CEMPRE do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Neste período, a economia brasileira apresentou significativas mudanças estruturais. Uma das mais importantes ocorreu na estrutura produtiva do país que aprofundou o processo de desindustrialização, verificado na redução da participação da indústria no valor adicionado de 27,1%, em 2007, para 21,2%, em 2018, conforme Gráfico 1. Do lado da demanda, o país se consolidou, no cenário externo, como exportador de produtos primários e, internamente, registrou aumento da participação do consumo das famílias e redução da formação bruta de capital fixo, como elementos dinamizadores da economia.

Gráfico 1 - Participação dos grupos de atividades no valor adicionado bruto a preços básicos e dos componentes do Produto Interno Bruto sob a ótica da despesa - Brasil – 2007/2018



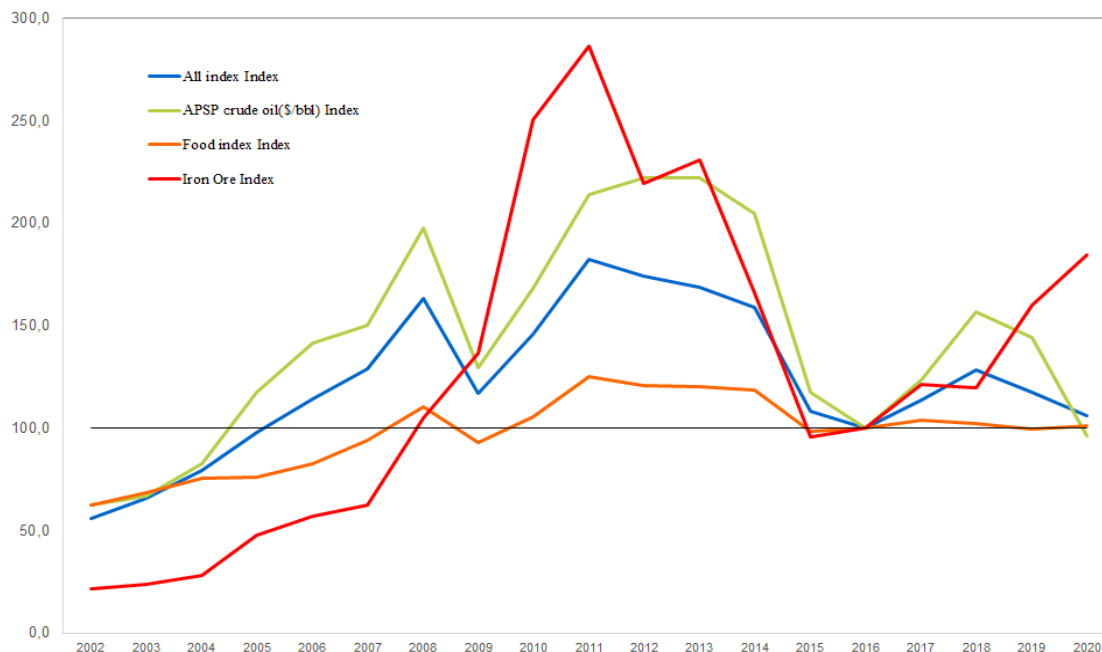
Fonte: INDICADORES... (2017, 2018).

A economia brasileira, no período em análise, entretanto, passou por importantes ciclos. Os anos entre 2007 e 2011 compreenderam período da crise econômica internacional (final de 2007 e início de 2008), de implementação de medidas para sua gestão e busca de superação pelos países e de variação acentuada de preços das commodities no mercado internacional. A taxa de crescimento do ano de 2008 foi 5,1%, apesar da variação de -3,8% no último trimestre deste ano. Em 2009, terminou com redução de 0,1% do PIB em relação a 2008. Na série dessazonalizada do PIB trimestral, o primeiro trimestre registou a menor taxa (-1,4%) e os demais trimestres foram positivos. A crise de 2008-2009 afetou o Brasil pelos canais com as economias externas. “a) forte queda dos preços das commodities; b) retração da demanda internacional; c) redução expressiva da entrada de capitais estrangeiros” (MARQUES; ANDRADE, 2016: pg. 77). Entre as medidas adotadas destacam-se: manutenção e expansão do crédito por meio dos bancos públicos; e, renúncia fiscal do IPI. Somou-se a esses instrumentos de política econômica a manutenção da política de valorização do salário mínimo⁵ e a política de transferência de renda por meio do Programa Bolsa Família. Como resultado, o ano de 2010 compreendeu o melhor desempenho da economia brasileira com crescimento acumulado de 7,5%, tendo as maiores contribuições do consumo das famílias e da exportação. Este último ponto é especialmente importante.

O crescimento das exportações em 2010 esteve relacionado à retomada da ascensão dos preços das commodities no pós-crise (Gráfico 2). Para o Rio de Janeiro, foi ainda mais significativo o preço no mercado internacional do petróleo cru, com grande impacto sobre a dinâmica econômica do Estado. No período 2007 a 2011, registou-se evolução mais ou menos favorável para diferentes grupos de commodities. No período antes da crise, as commodities de energia apresentaram elevação de seu índice de preço acima da média. Já na crise, houve queda generalizada dos preços, mas observou-se recuperação rápida, especialmente das commodities agrícolas e minerais, com tendência de alta até meados de 2011 (IMF, 2020).

⁵ No período de 2011 a 2019, o salário mínimo foi corrigido pela inflação, medida pelo INPC do ano anterior, mais a variação do PIB de dois anos anteriores, com o objetivo de garantir um ganho real. De 2011 a 2015, o salário mínimo brasileiro foi reajustado com base na Lei n. 12.382, de 25.02.2011; entre 2016 e 2019, com base na Lei n. 13.152, de 29.07.2015. (DILMA..., 2015)

Gráfico 2 - Sistema de preços de commodities primárias (PCPS) - 2002-2020



Fonte: <https://data.imf.org/?sk=471DDDF8-D8A7-499A-81BA-5B332C01F8B9>

Entre 2011 e 2014, observa-se uma desaceleração da economia brasileira e foram tomadas medidas econômicas a fim de reverter essa trajetória. Nesse período, contamos com a política de desoneração, implantada pela Lei nº 12.546 de 4 de dezembro de 2011, cujo objetivo foi estimular a economia, estabelecendo uma mudança na forma de recolhimento da contribuição patronal incidente sobre a folha de salários de alguns setores (PORSSE; CARVALHO, 2019).

A inflação, por sua vez, permaneceu, em média anual, no patamar de 6,0% e o salário mínimo registrou alta de 10,0% de 2011 a 2014⁶. Para cumprimento da política de meta da inflação, o governo incluiu os preços dos derivados de petróleo na política de controle de preços administrados buscando contrabalançar a inflação dos serviços. Assim como, cumpria o papel adicional de mecanismo para aquecer a economia que havia entrado em trajetória de baixo crescimento.

Outro evento importante na busca por indução da demanda agregada foi a realização da

⁶ A ponderação do IPCA foi atualizada a partir de janeiro de 2012. Vide: SANTOS (2013); GIOVANNETTI; CARVALHO (2015).

Copa do Mundo FIFA de Futebol em 2014 que impulsionou um conjunto de projetos de infraestrutura urbana (PROUNI; SILVA, 2012) entre 2007 e 2011. No que se refere ao desemprego, mantivemos patamares baixos. Em 2011, o Brasil fechou o ano com a menor taxa de desemprego da série histórica da pesquisa mensal de emprego iniciada em 2002. A taxa ficou em 6%, inferior em 0,8 ponto percentual à observada em 2010 (6,7%). Os primeiros resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), estimaram, entre 2012 e 2014, a taxa anual média de 7,1% de desocupação da força de trabalho e 17,2% de subutilização.

De 2014 a 2018, observou-se um período de variação negativa do Produto Interno Bruto-PIB, seguido por baixo crescimento. (OREIRO, 2017) Entre 2014 e 2017, a taxa de variação média anual foi -1,9%, contribuindo para esse resultado a retração do Comércio em 4,0%, da Construção em 9,4% e da Indústria de transformação em 3,8%, apesar do efeito positivo das Exportações (4,2%)⁷. Nesse período, a Agropecuária alcançou aumento médio de 3,8%. Do lado da demanda, o componente com maior retração foi a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) (-9,7%), refletindo a trajetória de seus principais elementos, tanto em Máquinas e equipamentos quanto em Construção (INDICADORES..., 2017, p.17). No primeiro trimestre de 2015 houve uma quebra estrutural no comportamento do consumo das famílias, encerrando um longo ciclo de crescimento no qual essa variável e o mercado interno assumiram um papel de destaque. A inflação chegou a 6,6%⁸, o salário mínimo cresceu 9,1%, e o PIB *per capita* reduziu 2,7%. A recessão de 2015-2016 e o ritmo lento do crescimento econômico em 2017 explicaram o comportamento de grande parte dos indicadores relacionados ao mundo do trabalho. As taxas de desocupação e de subutilização se elevaram no período - respectivamente, 10,9% e 21,2%, em média - em relação aos resultados alcançados entre 2012 e 2014.

No início de 2015, diante do aprofundamento da desaceleração econômica, o governo Dilma optou por medidas de austeridade que representaram um choque recessivo na economia

⁷ A recuperação das exportações de produtos básicos foi influenciada principalmente pelas exportações de soja em grão, minério de ferro e petróleo bruto. (CARTA..., 2018, p.11-16)

⁸ Em 2015, ocorreu uma aceleração, e a taxa de inflação alcançou 11,3%, constituindo-se como a mais elevada da série histórica dos 13 anos anteriores (INDICADORES..., 2016, p. 19). Nos anos seguintes, a inflação recuou de 6,6%, observada em 2016, para 2,1% em 2017, sendo este último índice o de menor nível na análise do período de 2007 a 2017. Tanto a taxa registrada em 2015 quanto as variações subsequentes tiveram como maior contribuição a variação de alimentos. (ESTATÍSTICAS..., 2019)

brasileira composto por: “i) um choque fiscal (com a queda das despesas públicas); ii) um choque de preços administrados (em especial, combustíveis e energia); iii) um choque cambial (com desvalorização de 50% da moeda brasileira em relação ao dólar ao longo de 2015); e iv) um choque monetário, com o aumento das taxas de juros para operações de crédito. No que se refere ao choque fiscal, o gasto primário do governo central caiu 2,9% em 2015 depois de anos consecutivos de crescimento positivo” (ROSSI e MELLO, 2017)

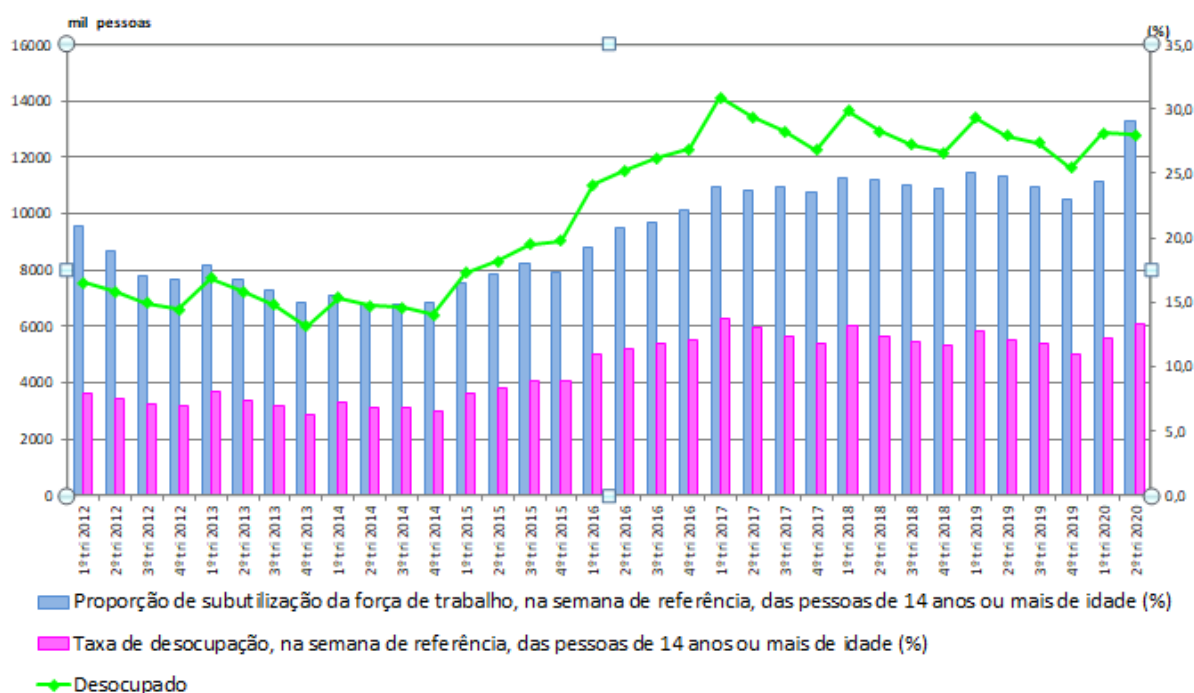
Somou-se, como evento, nesse período, além da instabilidade política, a queda dos preços do petróleo no mercado internacional. A recessão implicou na redução da arrecadação das três esferas. Segundo CNM, houve desaceleração do crescimento da arrecadação do IR e IPI, que são impostos positivamente correlacionados com o crescimento do PIB. Assim como o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que é um imposto da esfera estadual. Segue, conforme Santos e Nazareth (2017), que, na esfera municipal as receitas próprias de alocação livre, provenientes da arrecadação dos tributos de competência municipal (IPTU, ITBI e ISS), cresceram sua participação no total de receitas municipais. Isso se deu em função da redução dos repasses o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principal fonte de transferências da União para os municípios, e da Cota-parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS, principal fonte de transferência dos governos estaduais para os municipais, desdobrando em políticas de corte de gastos nas três esferas. Assim, houve uma significativa queda das transferências para os municípios, ainda que suas atribuições na prestação de serviços à população tenham aumentado.

Ao contexto do ERJ, soma-se a repercussão negativa da crise econômica nas finanças públicas a queda das receitas das participações governamentais do petróleo e do gás natural - royalties e participações especiais - agravada pela redução internacional do preço do barril de Petróleo. Além dos cancelamentos dos planos de investimentos da Petrobrás em decorrência da forma como a operação Lava Jato foi realizada, sem preservar a estrutura produtiva e de serviços (DIEESE, 2021). Nesse contexto, ocorreram atrasos e cancelamentos de projetos de investimentos da Petrobrás e, por final, o abandono pelo governo Temer de uma estratégia de longo prazo para o setor. Entre as várias decisões que reposicionaram estrategicamente a PETROBRAS, destacamos a mitigação da política de conteúdo nacional e o foco na obtenção de resultados de curto prazo, para atender ao primado do acionista. Para o ERJ, a redução da

arrecadação e de recebimento de *royalties* do petróleo foram decisivos para a entrada em crise. A realização, em 2016, dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro (ROCHA, 2017) trouxe alento temporário para o carioca, mas do ponto de vista econômico foi insuficiente para reverter a dramática situação.

A recessão de 2015-2016 e o ritmo lento do crescimento econômico em 2017 explicaram o comportamento de grande parte dos indicadores relacionados ao mundo do trabalho⁹. As taxas de desocupação e de subutilização se elevaram no período - respectivamente, 10,9% e 21,2%, em média - em relação aos resultados alcançados entre 2012 e 2014. A mudança na dinâmica do consumo das famílias associada à redução dos investimentos (públicos e privados) corroboraram para uma inflexão na estrutura do mercado de trabalho no Brasil a partir de 2015 com aumento da desocupação e da subutilização da força de trabalho (POCHMANN, 2018).

Gráfico 3 – Subutilização e desocupação – Brasil – PNAD-C



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio - Contínua (PNAD-C).

Em 2018, o cenário manteve-se estável em relação a 2017, registrando baixo crescimento após período de desaceleração e recessão. O PIB atingiu R\$ 6,9 trilhões, em termos

⁹ A variação, em volume, da Agropecuária, no ano de 2017, foi a principal contribuição para o resultado não nulo e deveu-se às condições climáticas favoráveis que contribuíram para o crescimento da produção e o ganho de produtividade em diversas culturas, entre elas milho e soja (INDICADORES..., 2017).

nominais (INDICADORES..., 2018), e obteve crescimento real de 1,3%. Em decorrência desse crescimento, o PIB *per capita* inteirou o valor de R\$ 33 042 (em valores correntes) com aumento real anual de 0,5%. Constatou-se a recuperação das Exportações, concentradas em produtos primários, com baixa intensidade tecnológica, que cresceram 4,0% em função da expansão da comercialização de óleos brutos de petróleo, soja (em grão, triturada, em farelo e resíduos) e celulose¹⁰. O consumo das famílias variou 2,1% e da Administração pública 0,4%. Verificou-se, ainda, para esse período, queda da inflação de 3,4%, acumulada no ano, e ampliação da desocupação de 12,0% da força de trabalho (12,6 milhões de pessoas) e da subutilização de 24,6% (correspondendo a 27,8 milhões de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho em potencial¹¹) (SÍNTESE..., 2019). Nesse ano, avaliaram-se os primeiros desdobramentos das medidas tomadas com a Reforma Trabalhista promulgada no final de 2017 sobre a dinâmica do mercado de trabalho (REFORMA..., 2018). Essa Reforma compreendeu a desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro e apresentou como resultado a criação de empregos informais na economia sendo que, em 2018, a desocupação manteve-se em 12% e a subutilização em 24,6%. O salário mínimo médio mensal foi R\$ 937,00, com crescimento médio anual de 1,8%, abaixo, portanto, da variação anual média do INPC de 3,4%.

Em suma, o cenário macroeconômico de 2018 em comparação ao de 2017 decorreu, principalmente, do desempenho da Agropecuária, assim como refletiu a recuperação, em certa medida, da demanda externa de *commodities*. A inflação, por sua vez, apresentou uma trajetória de desaceleração acentuada. O mercado de trabalho manteve o alto nível de desemprego e o crescimento da informalidade.

¹⁰ O crescimento da FBCF e das importações em 2018 resultou em parte pela mudança das regras da Repetro (BRASIL, 2018) (NONENBERG, 2019). Após a Instrução Normativa RFB nº 1.796, as plataformas de exploração de petróleo passaram a ser contabilizadas como investimento e, para conformidade com o novo regime fiscal aduaneiro, também foram contabilizadas nesse período como importação (SARAIVA; BÔAS, 2018) (SOUZA Jr.; CARVALHO, 2018).

¹¹ NOTA... (2016).

PANORAMA DO EMPREGO NAS CAPITALS ENTRE 2010 E 2018

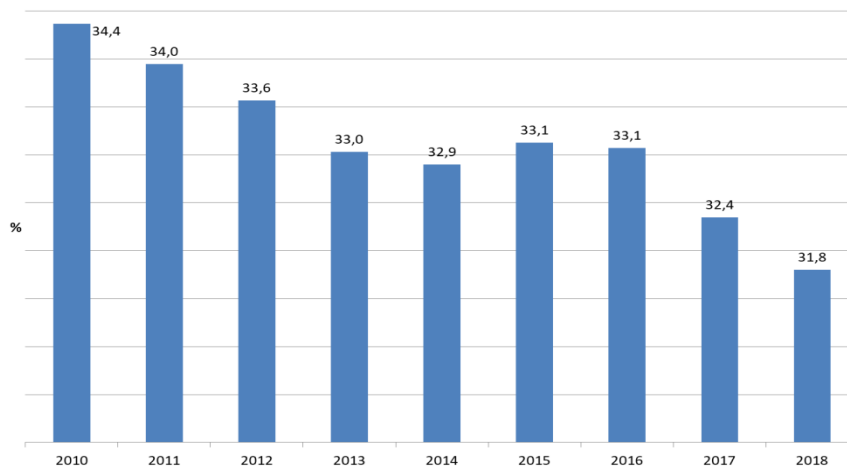
O Brasil é formado por 5.570 municípios, onde residiam 208,5 milhões de pessoas¹², em 2018. Os Municípios das Capitais e o Distrito Federal, que são apenas 27, concentraram 23,9% da população e 31,8% do PIB nacional no mesmo ano. Essa concentração populacional e de renda ocasiona um forte dinamismo econômico nesses municípios e nos do seu entorno. Assim, o pessoal ocupado assalariado nas capitais correspondeu, em 2018, a 39,7% do mercado formal de trabalho, de acordo com os dados do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE, do IBGE.

Conforme o gráfico 4, a participação das economias das capitais no total Brasil se reduziu em dois pontos percentuais (p.p.) entre 2010 e 2018, passando de 34,4% para 32,4%. Ressalta-se que entre 2013 e 2016, essa participação permaneceu entre 32,9% e 33,1%. A partir de 2017, retomou a trajetória de queda, porém mais acentuada que o período 2010-2013. Em 2017, os municípios das capitais produziram 32,4% do PIB brasileiro e, em 2018, 31,8%. O ano de 2018, portanto, registrou o menor percentual do período em análise. A diferença entre 2016 e 2018 foi igual a 1,3 p.p.

Em suma, a maior parte da diminuição da participação do somatório do PIB das capitais entre 2010 e 2018 ocorreu nos anos finais da série. As maiores capitais em termos de PIB foram São Paulo e Rio de Janeiro que juntas corresponderam a 15,4% em 2018. Alternativamente, da participação de 31,8% das Capitais, somente esses dois municípios contribuíram com 48,4%, ou seja, aproximadamente a metade. No período em análise, essas posições, de primeiro e segundo lugar entre as capitais, foram mantidas por esses dois municípios, embora as estatísticas constatem perdas nos percentuais. Em 2010, as duas capitais perfizeram 49,3% do percentual total das capitais.

¹² De acordo com a projeção populacional do IBGE, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em 28 maio 2020.

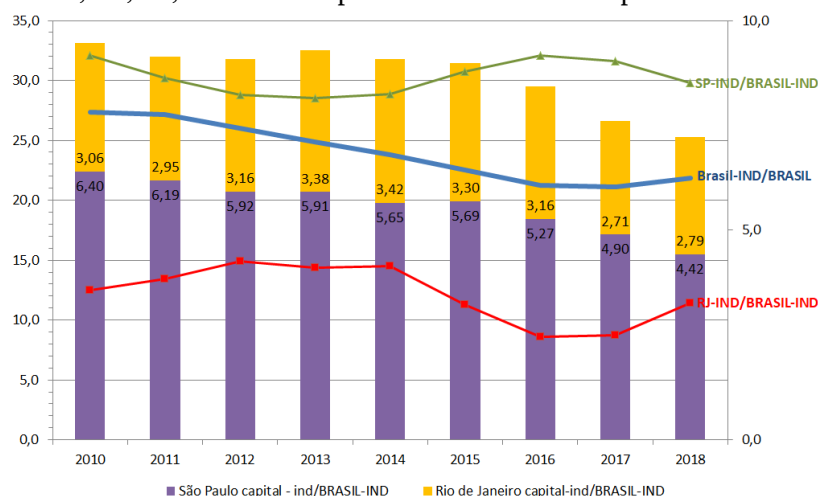
Gráfico 4 - Participação do produto interno bruto a preços correntes dos municípios das capitais no total Brasil (%) - 2010-2018



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

A questão recorrente é o processo de desindustrialização brasileiro representada no gráfico 5 da participação da indústria brasileira no total do PIB. A redução das indústrias na geração de produto é também verificada nos dados das capitais. Novamente, Rio de Janeiro e São Paulo obtiveram os maiores percentuais de suas indústrias no total do PIB industrial brasileiro. Nas duas capitais, as maiores participações foram verificadas nos anos de 2010 (São Paulo – 6,40%) e 2014 (Rio de Janeiro – 3,42%). Dos respectivos anos até 2018, a capital paulista obteve queda em 1,98 p.p. e a carioca, 0,63 p.p. Adicionalmente, nota-se que a evolução desses ramos econômicos não repercutiu nos PIB das capitais - a partir de 2014, no Estado de São Paulo e, em 2017, no Estado do Rio de Janeiro.

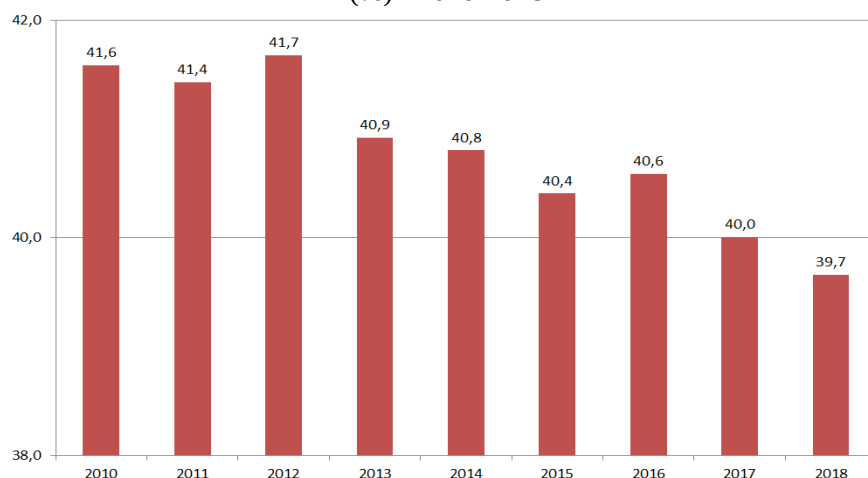
Gráfico 5 - Participação do valor adicionado bruto a preços correntes da indústria no total (%) – Brasil, SP, RJ, São Paulo capital e Rio de Janeiro capital- 2010-2018



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

Em termos de emprego formal, a participação das capitais também foi expressiva. Somadas as 26 capitais e Brasília correspondiam a 41,6% do total de pessoas assalariadas no País em 2010. Esse percentual oscilou entre 2010 e 2012 nesse patamar. Entre 2012 e 2013, ocorreu redução de 0,8 p.p na comparação, de 41,7% para 40,9%. Em seguida, uma nova queda de 0,5 p.p. entre 2013 e 2015, quando esteve entre 40,9% e 40,4%, respectivamente. Apesar da recuperação de 0,2 p.p. em 2015, constatou-se uma nova queda, de 0,9 p.p., entre 2016 e 2018, uma vez que o percentual recuou de 40,6% em 2016 para 39,7% em 2018. Ou seja, entre 2010 e 2018, a participação do pessoal ocupado nos municípios das Capitais recuou 1,9 p.p..

Gráfico 6 - Participação do pessoal ocupado assalariado nos municípios das Capitais no total Brasil (%) - 2010-2018



Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE).

Observa-se, contudo, que a concentração de empregos com vínculos formais nas Capitais (39,7%) era superior à sua concentração populacional (23,9%), em 2018. As unidades locais de empresas e outras organizações nessas áreas absorveram 18,0 milhões de pessoas do total de 45,5 milhões de assalariadas formalmente no ano. As organizações dos municípios com 50 mil habitantes ou mais, exceto Capitais, absorveram 44,0% do pessoal assalariado, sendo que sua população respondia por 44,7% da população total. Enquanto nos demais municípios, as organizações demandaram 16,3% do pessoal assalariado, tendo 31,7% da população total.

Entre 2010 e 2018, a participação das capitais no pessoal assalariado reduziu de 41,6% para 39,7%, ou seja, uma taxa de variação igual a 0,8%, valor abaixo da taxa média nacional, que havia sido de 5,7%, como mostrado na Tabela 1. Em contrapartida, os municípios com 50 mil habitantes ou mais (exceto Capitais) alcançaram uma taxa de variação de 10,4%, apresentando, conseqüentemente, aumento de sua participação na estrutura do mercado de trabalho assalariado, passando de 42,2% em 2010 para 44,5% em 2018. Os municípios menores (com menos de 50 mil habitantes) também apresentaram evolução acima da média brasileira de 6,3%.

Tabela 1 - Pessoal ocupado assalariado, valor absoluto, participação, saldo e taxa de variação - Brasil e grupos de municípios - 2010/2014/2018

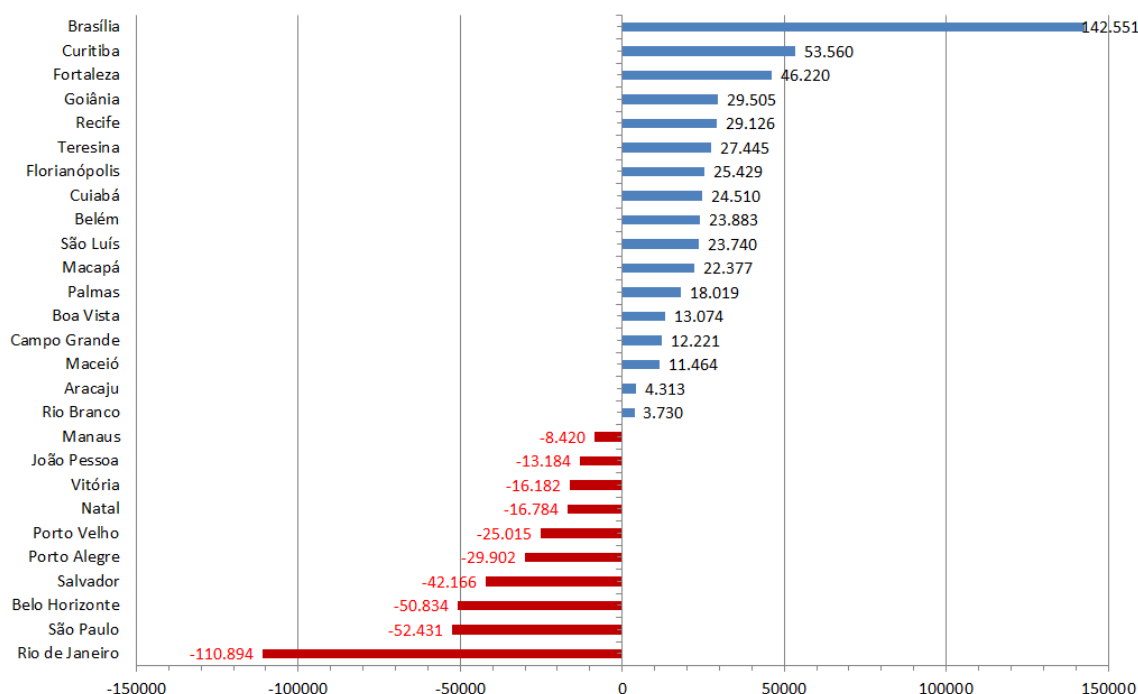
Brasil e grupos de municípios	2010		2014			2018			taxa 2018/ 2010
	absolutos	part. (%)	absolutos	part. (%)	saldo 2014-2010	absolutos	part. (%)	saldo 2018-2014	
Brasil	43.000.578	100,0	48.271.711	100,0	5.271.133	45.456.277	100,0	-2.815.434	5,7
Capitais	17.882.400	41,6	19.695.699	40,8	1.813.299	18.027.755	39,7	-1.667.944	0,8
Rio de Janeiro - Capital	2.338.188	5,4	2.611.515	5,4	273.327	2.227.294	4,9	-384.221	-4,7
Municípios com 50 mil hab. ou mais (exceto a Capital)	17.566.834	40,9	20.423.132	42,3	2.856.298	19.402.556	42,7	-1.020.576	10,4
Demais municípios	7.551.344	17,6	8.152.880	16,9	601.536	8.025.966	17,7	-126.914	6,3

Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE).

Ressalta-se nesse contexto a redução de 4,7% do número de pessoas ocupadas na capital do Rio entre 2010 e 2018. Em 2010 e 2014, a participação do município do Rio no total de pessoas ocupadas manteve-se estável em 5,4%, sendo que 2014 foi o ano de maior número de pessoas ocupadas na série. Na comparação 2014 e 2018, o Rio perde 384 mil ocupações formais.

Deve-se já focalizar na particularidade do problema do Rio de Janeiro, que de acordo com o gráfico 7, registrou um saldo negativo de 111 mil empregos formais, o maior dentre as Capitais do País. Em segundo lugar, observa-se a capital Paulista com redução de 52,4 mil postos de trabalho. Tendo em vista que a capital fluminense possui o segundo maior peso, aponta-se a dimensão da perda de dinamismo de importantes setores que compunham a estrutura produtiva do Rio. Como já apontado na Tabela 1, essa redução correspondeu a uma taxa de variação de $-4,7\%$ entre 2010 e 2018.

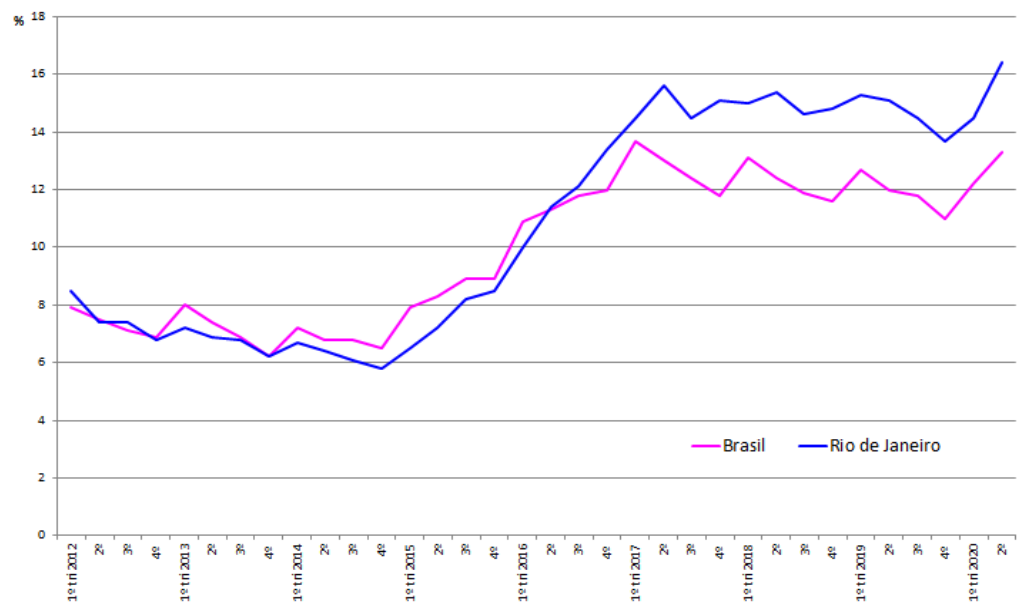
Gráfico 7 – Saldo de empregos nas Capitais brasileiras entre 2010 e 2018



Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE).

Pode-se complementar a análise examinando as informações sobre desocupação e subutilização da força de trabalho no ERJ. Os dados estão disponíveis pela PNAD-C desde 2012 (Gráfico 8). A taxa de desocupação, a que se refere às pessoas com 14 anos ou mais que procuraram ocupação e não foram contratadas, permaneceu abaixo da média brasileira até meados de 2016 quando se observa aceleração. Após aproximadamente um ano, a taxa de desocupação no ERJ se estabilizou em torno de 15%, exibindo significativo diferencial em relação à taxa do Brasil.

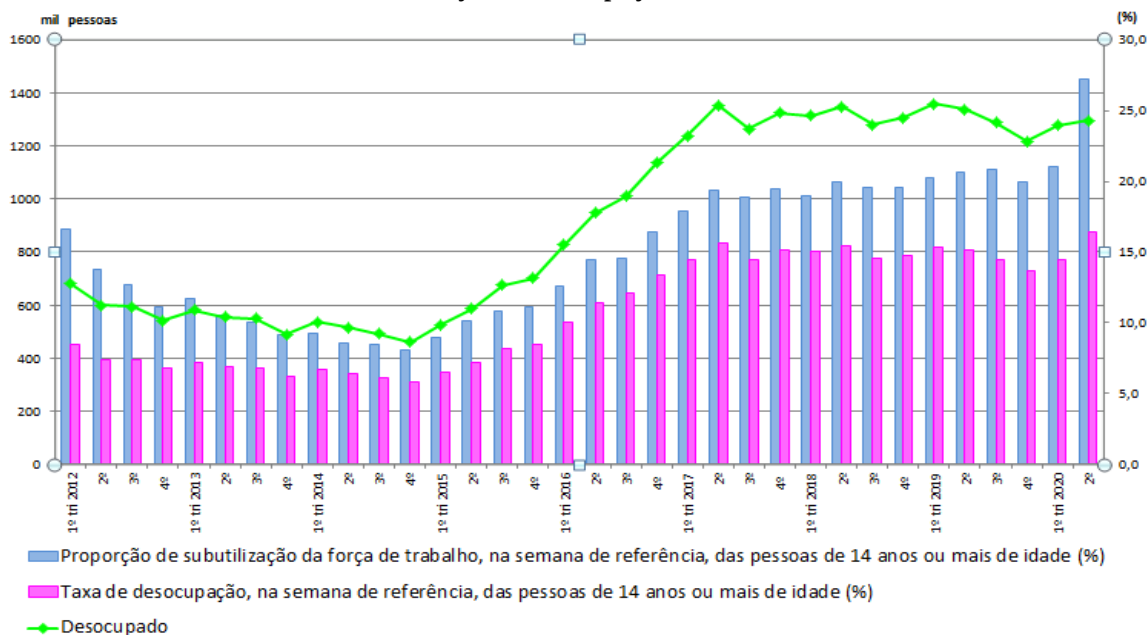
Gráfico 8 – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) -Brasil e Rio de Janeiro - 2012-2020



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio - Contínua (PNAD-C).

Essa relativa estabilização da desocupação deveu-se ao aumento da subutilização da força de trabalho, que são as pessoas que trabalharam menos horas do que gostariam, do aumento da informalidade e da precarização das relações de trabalho e acompanhado pela redução da remuneração, como pode ser observado no gráfico 9.

Gráfico 9 – Subutilização e desocupação – Rio de Janeiro – 2012-2020



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio - Contínua (PNAD-C).

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO ERJ ENTRE 2010 E 2018

A análise da evolução do emprego formal nos municípios do ERJ deve considerar outra particularidade da economia do estado. É a capital com maior concentração de habitantes entre as capitais, exceto Brasília. O Rio de Janeiro é a segunda maior capital do Brasil (13,5%), estando entre São Paulo (24,5%) e Salvador (5,7%) no ano de 2018¹³. A população da capital carioca correspondeu a 39% da população do Estado, percentual maior que São Paulo (26,7%). Trata-se de uma capital inserida em um arranjo populacional (AP) classificado como metrópole nacional¹⁴, junto com Brasília. O AP do Rio de Janeiro contava em 2018 com a maior densidade demográfica (354,5 hab/km²) entre os 16 arranjos populacionais existente nos Países, sendo que São Paulo e Campinas compreenderam 71,6 e 312,4 hab/km², respectivamente (Regiões..., 2020, pg. 14).

Conforme as informações da tabela 2, o município do Rio de Janeiro chegou no ano de 2018 com menos pessoas assalariadas (2,2 milhões) do que em 2010 (2,3 milhões). Porém contou com 2,6 milhões de pessoas assalariadas com carteira em 2014. Assim, a diferença entre 2010 e 2014 foi 273.327, seguido de redução de 384.221, resultando no saldo negativo de 110.894 entre o início e o fim do período em estudo. Ou seja, crescimento de 11,7% entre 2010 e 2014 e depois um decréscimo de 14,7% entre 2014 e 2018.

Tabela 2 - Pessoal ocupado assalariado, valor absoluto, participação, saldo e taxa de variação - ERJ e grupos de municípios - 2010/2014/2018

ERJ e grupo de municípios	2010		2014			2018			taxa 2018/2010
	absolutos	part. (%)	absolutos	part. (%)	saldo 2014-2010	absolutos	part. (%)	saldo 2018-2014	
ERJ	4.032.220	100,0	4.557.453	100,0	525.233	3.940.569	100,0	-616.884	-2,3
Rio de Janeiro - Capital	2.338.188	58,0	2.611.515	57,3	273.327	2.227.294	56,5	-384.221	-4,7
Municípios com 50 mil hab. ou mais (exceto a Capital)	1.494.533	37,1	1.724.380	37,8	229.847	1.500.625	38,1	-223.755	0,4
Demais municípios	199.499	4,9	221.558	4,9	22.059	212.650	5,4	-8.908	6,6

Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE).

¹³ Fonte: IBGE - Estimativas de População.

¹⁴ Metrópole Nacional - os Arranjos Populacionais de Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ ocupam a segunda colocação hierárquica [após São Paulo], também com forte presença nacional. O Arranjo Populacional de Brasília/DF contava, em 2018, com 3,9 milhões de habitantes, enquanto o do Rio de Janeiro/RJ somava 12,7 milhões na mesma data” (Regiões..., 2020)

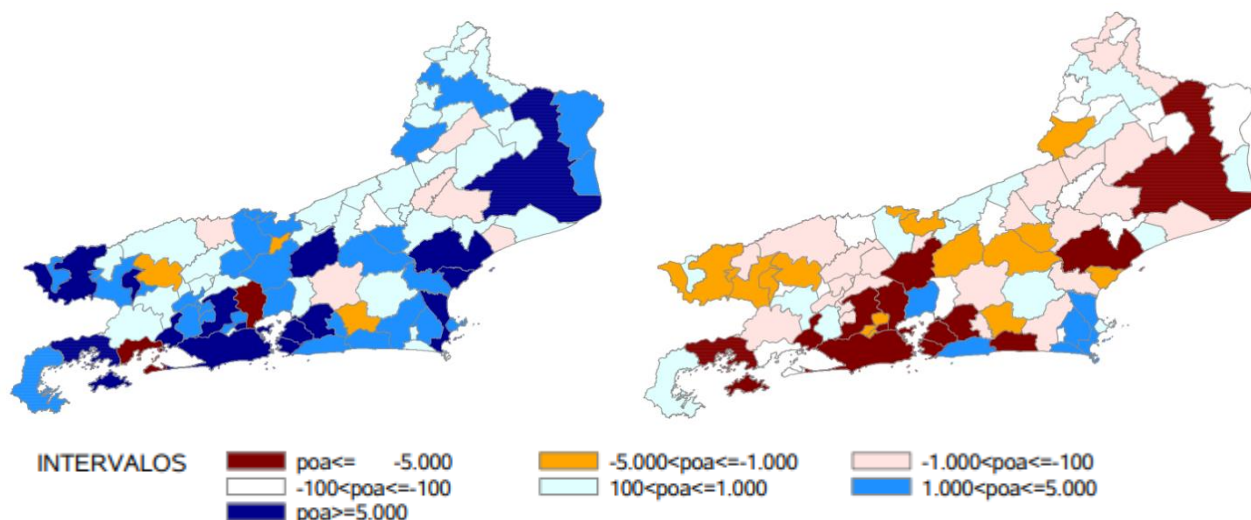
Essa evolução do emprego formal nesses dois períodos subsequentes também se espalhou pelo restante do Estado. Todos os demais municípios experimentaram o aquecimento do mercado formal de trabalho até 2014. O saldo entre 2014 e 2010 para os municípios com 50 mil habitantes ou mais (exceto Capital) foi 229,8 mil e para os menores, 22 mil. Contudo, a trajetória se altera entre 2014 e 2018 e a Capital e os 2 grupos de municípios, agregadamente, exibiram redução. Mas os outros municípios do Estado desaceleraram menos que a capital de tal maneira que aqueles com 50 mil habitantes ou mais registraram variação de 0,4% de 2018 a 2010 e os com menos de 50 mil habitantes, 6,6%.

Os cartogramas (figuras 1 e 2) apresentam o saldo de pessoal ocupado assalariado dos municípios do ERJ. É possível observar que os municípios que possuem influência e centralidade no dinamismo em suas respectivas regiões apresentaram saldos maiores e positivos na comparação entre 2010 e 2014. Esses mesmos municípios obtiveram os maiores saldos negativos no período subsequente, 2014 a 2018. Sendo que a cidade do Rio de Janeiro foi a mais afetada por essa evolução. Os municípios são, além do Rio de Janeiro, Macaé, Campos de Goytacazes, Itaboraí, São Gonçalo, Niterói, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Itaguaí, Angra dos Reis e Resende.

Figuras 1 e 2 - Saldo de pessoal ocupado assalariado (POA) por município - ERJ

2010-2014

2014-2018



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE).

Macaé foi o município com saldo positivo no número de pessoas ocupadas entre 2010 e 2014, 30.398, e negativo entre 2014 e 2018 (-35.874). A base de sua economia é a atividade de exploração de petróleo na Bacia de Campos, compreendendo, portanto, o município com base operacional no continente para as plataformas. O município registrou importante perda de empregos formais na atividade de exploração de petróleo (divisão 06 da CNAE 2.0) assim como na construção (seção F) e outros setores que davam suporte a atividade 06.

Campos de Goytacazes registrou crescimento de 12.418 entre 2010 e 2014 e perdas de 19.162 no número de pessoas assalariadas. As maiores perdas no município foram nas atividades de Construção (F), fabricação de cerâmicas (grupo 23.4 da CNAE 2.0) e Comércio (seção G).

Niterói, São Gonçalo e Itaboraí foram 3 municípios nos quais se verificaram grandes perdas de empregos formais. Somados, registraram saldo de positivo de 51.562 entre 2010 e 2014 e, negativo de 67.364 entre 2014 e 2018. As principais atividades estavam relacionadas ao projeto do Comperj que foram Construção (F), Indústria Naval (30), fabricação de produto de metal (exceto máquina e equipamentos) (25). São Gonçalo apresentou, ainda, uma especificidade com perda de postos de trabalho em produtos alimentícios (10) e transporte rodoviário de passageiro (49.2).

Angra dos Reis (saldo de 13.331 entre os anos 14 e 10; e, de -14.897 entre 18 e 14) também perdeu postos de trabalho relacionados aos projetos de construção naval e Itaguaí, município do Porto de Itaguaí (17.510; e, -17.134, respectivamente) sofreu com a redução das atividades de construção (F) e várias atividades da indústria de transformação (C) entre elas fabricação de produtos alimentícios (10), de produtos de vidro (23,1) e cerâmicos (23.4).

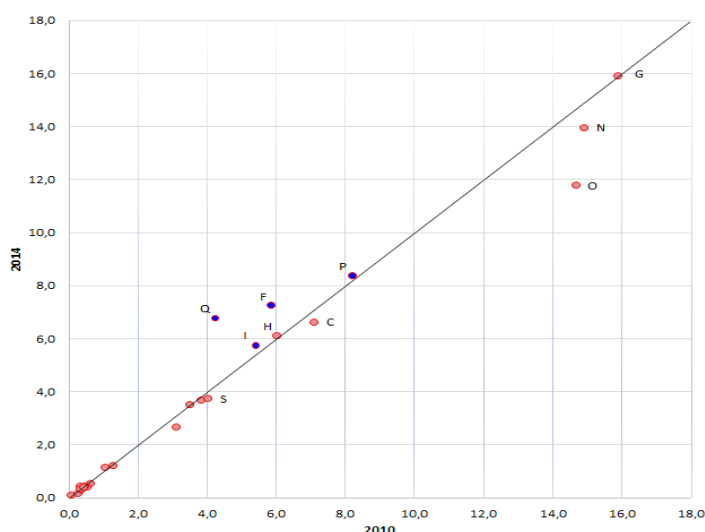
Nova Iguaçu (saldo de 10.550 entre 10 e 14; e de -7.779 entre 14 e 18) teve redução de postos na Construção (F), transporte rodoviário de passageiro (49.2) e em várias divisões da Indústria da transformação (C), entre elas, a fabricação de sabão e produtos de perfumaria (20.6). O número de pessoas assalariadas em São João de Meriti havia crescido 9.862 entre 2010 e 2014 e reduziu 9.466 entre 2014 e 2018, as principais contribuições foram fabricação de alimentos (10), confecções (14), comércio (G) e transporte rodoviário de passageiro (49.2). Duque de Caxias possui uma trajetória peculiar.

Neste município, a atividade industrial (C) fechou postos de trabalhos formais em todo o período: (i) -5.690 entre 2010 e 2014; e, (ii) -16.773 entre 2014 e 2018. As perdas foram maiores na fabricação de produtos químicos (20), produtos de borracha e material plástico (22), metal (exceto máquinas e equipamentos) (25) e de veículos automotores (29).

Para o município do Rio de Janeiro, que concentra a maior parte das atividades econômicas do estado, na comparação dos dois momentos, a partir dos gráficos 10 e 11, houve um crescimento do Comércio (seção G da CNAE 2.0), e dos segmentos de saúde (Q) e educação (P) de forma mais acentuada. O que salta aos olhos é o deslocamento dos pontos C (indústria da transformação) e F (Construção).

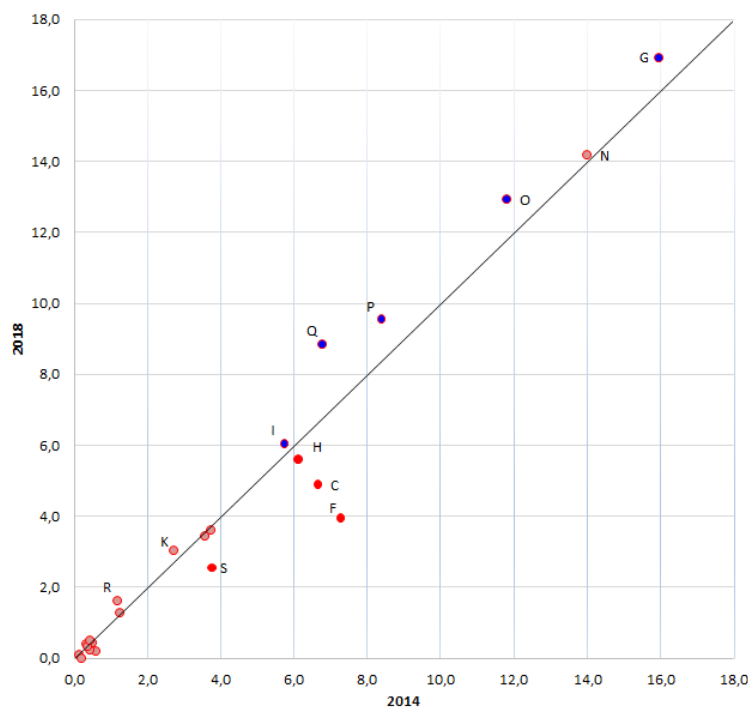
A desagregação das seções em divisões (de letras para 2 dígitos) da CNAE 2.0, os dados do Cadastro de Empresas do IBGE-CEMPRE apontam que as indústrias ligadas à cadeia de extração do petróleo também sofreram com a crise que se abateu nos setores de extração (06) e fabricação de derivados de petróleo (19), como Construção de embarcações e estruturas flutuantes (30.11), fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada (25.1). Outras atividades industriais ligadas à variação da renda também apresentaram significativas reduções como fabricação de produtos alimentícios (10) e confecção de artigos do vestuário e acessórios (14). O setor da construção civil (seção F da CNAE 2.0) apresentou saldo elevado, a saber: entre 2010 e 2014, 53 mil positivos; 2014 e 2018, -102 mil negativos.

Gráfico 10 - Participação do pessoal ocupado assalariado por divisão da CNAE 2.0 - Rio de Janeiro Capital - 2010/2014



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE).

Gráfico 11 - Participação do nº de pessoas ocupadas assalariadas por divisão da CNAE 2.0 - Rio de Janeiro Capital - 2014/2018



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE).

Outros municípios que tiveram sua dinâmica afetada pela crise na cadeia de exploração do petróleo foram Niterói, Macaé e Maricá. A construção civil apresentou vários estímulos durante o período em análise, tais como o setor residencial, obras para eventos e as demandas da cadeia de petróleo. Porém, as dinâmicas de municípios menores foram significativamente impactadas pelo último elemento citado. Outras regiões do Estado, exceto a capital, demonstram dinâmica própria como os arranjos para turismo como Cabo Frio e Armação dos Búzios. A região Serrana manteve, por seu turno, sua evolução ligada ao ramo das confecções. Os setores caracterizados por demanda de mão de obra de baixa qualificação e remuneração reagiram não somente à redução de demanda, mas também à alteração da legislação dos contratos de trabalho como é o caso da indústria da confecção, produção de cerâmicas e serviços de beleza e estética com a transformação de carteira assinada para Microempreendedor Individual-MEI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo analisou a evolução do emprego formal nos municípios do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) de 2010 a 2018 em comparação com os de outros Estados da Federação. Os resultados apontam para uma nova desconcentração no mercado de trabalho formal, afetando principalmente as metrópoles.

Nesse contexto, o impacto no mercado de trabalho tem sido maior no ERJ devido à sua especialização na exploração de petróleo e gás, atrelado ao mercado internacional de petróleo e com reorientação estratégica dos investimentos no setor no Brasil, e ainda devido à especialização em atividades de serviços, que sofreram importantes mudanças em decorrência da crise econômica existente desde 2016 e da reforma trabalhista de 2017.

Neste contexto, a capital fluminense perdeu 111 mil empregos formais entre 2010 e 2018, o dobro da perda observada na capital paulista, ao mesmo tempo em que se observa o aumento do emprego em municípios fluminenses com 50 mil habitantes ou mais e nos municípios de menor porte.

A recuperação desses empregos na capital fluminense implica na execução de um plano de desenvolvimento mais amplo que envolva e coordene vários atores econômicos no médio e longo prazos, além de reorientar e diversificar as atividades produtivas no ERJ, em particular as mais intensivas em conhecimento e tecnologia. Assim como a retomada da política industrial relacionada a cadeia de petróleo e gás.

Referências bibliográficas

BARROS, R. C. V. ; SABOIA, J. ; KUBRUSLY, L. S. Diferenciação Regional da Geração de Empregos Formais no Brasil no Quadriênio 2003/2006. **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 39, no. 2, abril/junho 2008.

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1.796**, de 2 de março de 2018. Altera as Instruções Normativas RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, 1.600, de 14 de dezembro de 2015, e 1.781, de 29 de dezembro de 2017, que dispõem sobre regimes aduaneiros especiais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 155, n. 43, 05 mar. 2018. Seção 1, p. 30.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995**. 2.ed. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. Disponível em: https://pedrorossi.org/wp-content/uploads/2018/06/Para-ale_m-da-poli_tica-econo_mica.pdf

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM) **Nota Técnica 14: A crise pela ótica dos municípios brasileiros**. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/A%20Crise%20pela%20%C3%B3tica%dos%20Munic%C3%ADpios%20brasileiros.pdf>. Acesso em 14 nov. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Implicações econômicas intersetoriais da operação lava jato**. São Paulo, 16 mar. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.html>>. Acesso em : 14 nov. 2021.

GIOVANNETTI, L. F.; CARVALHO, L. **Distribuição de renda, mudança estrutural e inflação de serviços no Brasil**. *Anais do Encontro da ANPEC 43*, Florianópolis, dez. 2015. Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i6-216b6356aa9ce39d4bdf966e3021f511.pdf. Acesso em: abr. 2020.

HOFFMAM, H. **Desemprego e Subemprego no Brasil – Ensaios**. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática. Volume 24, 1980.

IBGE. **ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 103 p.

IBGE. **INDICADORES IBGE**. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, 4º trimestre 2017.

IBGE. **INDICADORES IBGE**. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, 4º trimestre 2018.

IBGE. **NOTA técnica 02/2016 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Medidas de Subutilização da Força de Trabalho**. Rio de Janeiro, IBGE, 12 set 2016.

IBGE. **REGIÕES de influência das cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>

IBGE. **SÍNTESE de indicadores sociais 2019: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 40).

IMF. **IMF PRIMARY commodity prices: monthly data**. Washington, DC: International Monetary Fund - IMF, 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Research/commodity-prices>>. Acesso em: abr. 2020

IPEA. **CARTA de Conjuntura IPEA nº 38**. Brasília, DF, 1º trimestre 2018, 8 fev. 2018.

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

MORAES, P. P.; SABOIA, J. **Desconcentração regional do setor de serviços na economia brasileira e sua articulação com a indústria de transformação: uma análise do período 2003/2014**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, UFRJ, 2018. (Texto para Discussão 0002/2018)

NONEMBERG, M.J.B. Setor Externo. **Carta de Conjuntura n° 42**. Brasília, DF, 1° trimestre 2019, 21 mai. 2019.

OLIVEIRA, F. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. 4. ed. Petrópolis. Editora Vozes; CEBRAP, 1981.

OREIRO, J. L. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 75-88, Abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0075.pdf>>. Acesso em: mar. 2020.

POCHMANN, M. Desempenho econômico conjuntural e a situação recente do trabalho no Brasil. **Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 7, n. 13, p. 12-28, 2018. Disponível em: <http://stat.cbsm.incubadora.ufsc.br/index.php/necat/article/download/5275/5287>. Acesso em: abr. 2020.

PORSSE, A.A.; CARVALHO, T.S. Análise do Impacto das Políticas de (Des)Oneração da Folha de Pagamento na Economia Brasileira. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 1, p. 77-95, Mar. 2019.

PRONI, M. W; SILVA, L. O. **Impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014: projeções superestimadas**. Campinas: Unicamp, out. 2012. (Texto para Discussão, 211). Disponível em: https://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/122700_TD211_Proni.pdf. Acesso em: abr. 2020.

PT. DILMA assina nova MP de valorização do salário mínimo. **Agência PT de Notícias**. São Paulo, SP, 24 de março de 2015. Disponível em: <https://pt.org.br/dilma-assina-nova-mp-de-valorizacao-do-salario-minimo/>

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Geração de Empregos e Realocação Espacial no Mercado de Trabalho Brasileiro - 1992 - 2002**. IPEA - Texto para Discussão 1027, junho 2004.

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Padrões Espacial e Setorial da Evolução da Informalidade no Brasil - 1991 - 2003**. IPEA - Texto para Discussão 1099, junho 2005.

ROCHA, G. **A economia dos Jogos Rio 2016: bastidores e primeiros impactos**. Brasília: Ipea, 2017. (Nota Técnica, n. 37).

ROSSI, P.; MELLO, G. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha ré. **Nota de Conjuntura 1 - CECON IE Unicamp**. Campinas, 2017. Disponível em:

http://www3.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf. Acesso em abr. 2020

SABOIA, J. A continuação do processo de desconcentração regional da indústria brasileira nos anos 2000. **Nova Economia**, v.23, n. 2, maio-agosto de 2013.

SABOIA, J. Descentralização industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 30, n. 1, abril de 2000.

SABOIA, J; KUBRUSLY, L. **Pobreza e Desconcentração regional da Indústria Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia UFRJ, 2015. (Texto para Discussão nº 00/2015)

SANTOS, A. P.; NAZARETH, P. A. Crise fiscal e seus impactos nas relações interfederativas: o caso dos municípios fluminenses. In: Santos, **Angela Penalva et al (Org.)**. **Rio de Janeiro: Uma abordagem dialógica sobre o território fluminense**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. p.63-93. (Disponível em: Geo Uerj, n. 31, p. 1-33, 2017. doi:10.12957/geouerj.2017.32055.<https://goo.gl/JxwgMo>)

SANTOS, C. H. Uma nota sobre a natureza da inflação de serviços no Brasil (1999-2014). **Carta de conjuntura n. 24**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2014.

SARAIVA, A.; BÔAS, B.V. **IBGE: Mudança no Repetro impulsiona investimentos, mas não afeta PIB**. Valor Econômico. Rio de Janeiro, RJ, 2018. Notícia de 30 nov. 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/11/30/ibge-mudanca-no-repetro-impulsiona-investimentos-mas-nao-afeta-pib.ghtml>>. Acesso em: mar. 2020.

SENADO FEDERAL. **Reforma trabalhista completa um ano sob questionamentos e sem desfecho**. Senado notícias, Brasília, DF: Senado Federal, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/09/reforma-trabalhista-completa-um-ano-sobquestionamentos-e-sem-desfecho>. Acesso em: maio 2020.

SOUZA Jr., J.R.C.; CARVALHO, L.M. **Efeitos do Repetro-Sped sobre o Indicador Ipea Mensal de Formação Bruta de Capital Fixo**. Carta de Conjuntura nº 42 – Nota Técnica. Brasília, DF, 14 nov. 2018.